

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

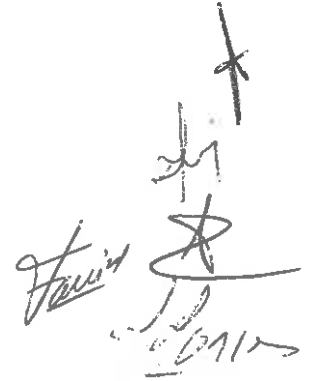
RELATÓRIO E CONTAS 2016

**Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) • Centro de Dia •
Serviço de Apoio Domiciliário • Saúde e Reabilitação**

Há séculos a servir pessoas!

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO 2016



1. INTRODUÇÃO

Nos termos legais e estatutários, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, apresenta o Relatório de Atividades do exercício 2016.

O presente documento sistematiza as diversas propostas definidas em Plano de Ação, assim como o seu índice de execução e os resultados financeiros atingidos. Pretende constituir-se como um documento de análise e avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano, reportando a atividade, desempenho e evolução da Instituição.

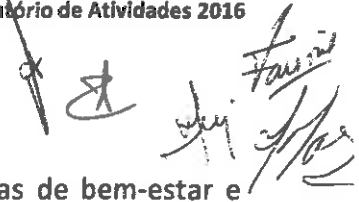
Um facto da atualidade é o progressivo envelhecimento demográfico, que corresponde a uma longevidade crescente, traduzindo-se numa conquista importante da humanidade.

Contudo, à maior longevidade alcançada nem sempre corresponde um nível de bem-estar e um grau de autonomia que possibilite aos mais velhos a satisfação das suas necessidades fundamentais, sem apoio significativo de terceiros, quer institucional, quer em seio familiar.

As pessoas mais idosas, quando se encontram em situações de necessidade de apoio, necessitam de respostas de qualidade, devendo estas ser desenvolvidas na perspetiva do reconhecimento do direito dos idosos à plena cidadania, à igualdade de oportunidades, à participação no processo de desenvolvimento económico, social e cultural.

Nesta perspetiva de acesso aos cuidados necessários, ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida, a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, tem pautado a sua ação e definidas estratégias de trabalho que visam o desenvolvimento de um serviço de qualidade, cumprindo aquilo que lhe foi definido como a sua **MISSÃO** e **VISÃO**.

Assim, os grandes objetivos da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera consistem, fundamentalmente, na promoção de um envelhecimento adequado à sua situação e às suas necessidades, à preservação da autonomia, conforto e dignidade humana e à promoção de



atividades que maximizem a qualidade de vida institucional, motivadoras de bem-estar e satisfação geral.

O presente relatório demonstra de forma sucinta, mas clara e transparente, a ação desta Instituição no ano de 2016, sendo demonstrativa a forma como a satisfação e a melhoria da qualidade de vida de todos os que nos procuram, constitui a nossa prioridade.

2. ATIVIDADE

A Organização das Nações Unidas, no seu plano Internacional sobre o Envelhecimento “defende que os cuidados prestados aos idosos devem ser mais vastos que os necessários ao tratamento de doenças, considerando fatores físicos, mentais, sociais, espirituais e ambientais, que condicionam o bem-estar total do Individuo”.

Nesta perspetiva a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera tem desenvolvido todos os esforços no sentido de que todas as suas Respostas Sociais sigam e defendam estes valores, sendo desenvolvidas ações e/ou iniciativas sociais que promovam o bem-estar e a qualidade de vida, no cumprimento das necessidades sentidas e diagnosticadas na comunidade e naqueles que nos procuram.

Para a população idosa desenvolve a sua atividade através de duas **Estruturas Residenciais para Idosos**, uma para 18 e outra para 45 clientes, um **Centro de Dia** para 11 utilizadores e um **Serviço de Apoio Domiciliário** para 30 pessoas.

Como Instituição dinâmica, de cariz e apoio social, procura envolver-se nos mais diversos projetos, em parceria com outras entidades, numa ação concertada e ajustada e não feita de forma individualista e isolada.

Como exemplo podemos citar o Programa de Emergência Social, para o qual dispomos, em parceria direta com a Segurança Social, de 1 **Cantina Social**, com protocolo estabelecido para o fornecimento de 15 refeições diárias, colmatando situações graves e promovendo uma alimentação equilibrada.

Sem formalização ou protocolo assinado, apoiamos todas as situações que nos são sinalizadas e que se enquadrem dentro da nossa ação, da nossa competências e capacidade, cumprindo com rigor, isenção, consciência e dedicação, em prol de quem nos procura e dos mais necessitados.

3. FATOS RELEVANTES OCORRIDOS NO PERÍODO/EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

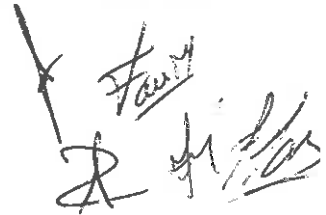
A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera desenvolve a sua Missão com a colaboração de 65 funcionários e 18 voluntários (órgãos sociais), que diariamente se empenham e cumprem com dedicação e profissionalismo as diferentes funções que lhes estão adstritas.

Todo o trabalho é realizado para e com o ser humano, sempre com a convicção de um trabalho consciente e que vise combater as necessidades sentidas e melhorar o bem-estar de todos os envolvidos e dos que nos procuram.

Em 2016 continuámos a desenvolver uma Cantina Social, ao abrigo do Programa de Emergência Social, fornecendo diária e gratuitamente as duas principais refeições a um conjunto de indivíduos social e economicamente desfavorecidos.

Continuámos também a ser reconhecidos pelo I.F.A.P., como entidade beneficiária de produtos a retirar, que nos permitiram receber, gratuitamente, géneros alimentares, nomeadamente produtos secos, frutas e legumes.

Procurando colmatar a falta de estruturas médicas e de reabilitação no concelho, a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, inaugurou, no mês de maio de 2016, a sua **Clínica Fisioterapia e Reabilitação**, proporcionando aos seus clientes/utentes, bem como toda a comunidade, a realização de consultas de fisioterapia e prestação de cuidados de reabilitação, consultas de clínica geral e consultas de pediatria.



4. FATORES DE RISCO

Face ao enquadramento externo, aos problemas sócio económicos que o nosso país atravessa, ao aumento do desemprego e à diminuição das condições de vida, é intenção da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a procura e tentativa de minimização dos impactos negativos dessas condicionantes, procurando criar condições para a melhoria do bem-estar de todos.

Com o referido aumento do desemprego e consequentes dificuldades das famílias, continuam a existir incumprimentos e/ou atrasos no pagamento das mensalidades por parte dos nossos clientes ou seus responsáveis, servindo, em muitos casos, as pensões de reforma, como meio de sustento aos filhos ou responsáveis.

As crescentes exigências da lei a nível de contratação de serviços especializados e profissionais específicos, também se estabelecem como meios de agravamento na despesa das Instituições, embora saibamos que se constituem como formas de atuação transparente e profissionalmente correta, permitindo aumentar a qualidade de vida e o bem-estar dos nossos frequentadores.

5. INVESTIMENTOS

Após a conclusão, em 2015, das obras de requalificação do Centro de Fisioterapia e Reabilitação e para que este entrasse em funcionamento em maio de 2016, a Misericórdia adquiriu, com o apoio da União das Freguesias e do Município, todo o equipamento necessário à sua abertura.

Com o intuito de melhorar e diversificar a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes e à população local, a Instituição investiu também num equipamento de Fitness ao ar livre.

Ainda durante o exercício 2016, realizaram-se aquisições e algumas obras de conservação necessárias ao normal funcionamento das respostas sociais de ERPI (estrutura residencial para pessoas idosas).

O referido traduz-se nos seguintes valores:

- Apetrechamento do Centro de Fisioterapia e Reabilitação – **19.338,68 €** (10.000,00 € subsidiados pela União das Freguesias e 3.000,00 € pelo Município).
- Obras de conservação e reparação (ERPI's) – **8.030,16 €**;
- Kit Fitness ao Ar Livre – **4.920,50 €**;
- Diverso equipamento básico e informático afeto às respostas de ERPI - **4.586,46 €**;

6. SITUAÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS

O resultado apurado no exercício é negativo, no montante de 98.754,23€.

As depreciações efetuadas atingiram o valor de 83.464,46 €.

Relativamente a utentes de cobrança duvidosa foram registadas imparidades no montante de 2.274,28 €.

Não existem dívidas em mora à segurança social nem às finanças.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício (-98.754,23 €) para a conta de Resultados Transitados.

8. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos assumem particular importância pela natureza social e humana das atividades desenvolvidas, prestadas por pessoas e destinadas a pessoas. É no fator humano que reside quase exclusivamente o valor acrescentado da prestação de serviços aos clientes/utilizadores da Instituição.

O quadro seguinte divulga informações acerca da evolução dos recursos humanos ao serviço da Instituição durante o ano 2016:

Funcionários	Em 31/12/2015	Em 31/12/2016
Do Quadro	61	60
Contratados	2	2
Reintegração Sócio - Profissional	0	2
Estágio Profissional	0	1
Voluntariado	18	18
Total	81	83
Prestadores Serviços	2	3

O número de funcionários ao serviço da Instituição não sofreu alterações significativas, verificando-se um aumento nos gastos com o pessoal. Esta variação ocorreu devido às atualizações salariais que decorreram da aplicação da lei (aumento do salário mínimo), devido ao facto de contabilisticamente ter sido alterado a contrapartida da conta de "Gastos com o pessoal – subsídio de alimentação em espécie", no exercício anterior estes valores eram contabilizados a débito e a crédito da conta 63, em 2016, por ser mais acertado, debitou-se a conta 63 e creditou-se a conta 745, na comparação de valores anuais é um dado a ter em conta. De referir ainda que, na previsão de férias e subsídio de férias de 2016 a pagar em 2017, teve-se em conta as alterações salariais já ocorridas em 2017 (atualização SMN e progressões nas carreiras dos funcionários).

Durante o exercício a Instituição beneficiou de algumas medidas de incentivo ao emprego, tais como, contratos de emprego Inserção, estágios profissionais, redução da TSU através de medidas de apoio à contratação e, no caso de funcionários com salário mínimo nacional, redução TSU em 0,75 pontos percentuais.

Relativamente a prestadores de serviços na área da saúde e na área de gestão financeira, mantemos vínculo contratual com o médico de clínica geral e com a Revisora Oficial de Contas, sendo que em 2016 com a abertura da Clínica de Fisioterapia e Reabilitação, celebrámos contrato com um médico fisiatra.

É nossa prioridade e Missão assegurar as necessidades dos nossos utentes bem como com a melhoria na qualidade dos serviços prestados, por isso o desenvolvimento transversal do colaborador enquanto profissional e pessoa humana, nas vertentes dos saberes ser, estar, pensar, sentir e agir continua a ser uma prioridade.

No decorrer do ano colaborámos com várias entidades e proporcionámos a realização de estágios profissionais/ formação profissional, nomeadamente do curso de Carpintaria, da Cercicaper e do curso de Técnico de Logística, com formação em contexto de trabalho.

9. VIATURAS

O parque automóvel da nossa Instituição é composto pelas seguintes viaturas:

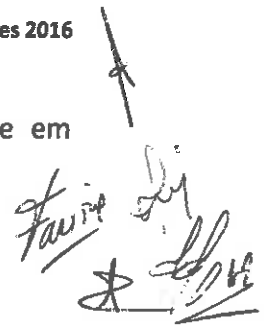
VEÍCULO	ANTIGUIDADE	KMS	AFETAÇÃO
Mercedes Benz 12-52-CZ	23	185.196	Lares
Mercedes Benz 208 D 65-49-IJ	16	205.090	Centro de Dia
Renault Express 18-42-IJ	16	160.637	Todas as Resp.Sociais
Renault Express 49-13-FT	16	153.988	Lares
Opel Combo Cargo 81-GS-73	8	91.301	Apoio Domiciliário
Opel Combo Cargo 81-GS-74	8	63.545	Apoio Domiciliário
Opel Combo Cargo 81-GS-75	8	14.242	Todas as Resp.Sociais
Renault Kangoo 31-OC-95	3	33.595	Apoio Domiciliário
Renault Master 31-OJ-59	3	24.406	Lares e Centro de Dia
Renault 97-NM-69	3	11.846	Lares

10. PARCERIAS

Nenhuma Instituição pode desenvolver a sua ação de forma individualizada e isolada. As parcerias e o trabalho em equipa são fundamentais para a obtenção de melhores e mais abrangentes resultados. Tendo a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera como objetivo principal a satisfação das necessidades sentidas na comunidade, de acordo com o Plano de Ação estabelecido anualmente e com o Compromisso da

Irmandade da Misericórdia, o seu trabalho é desenvolvido em articulação e em colaboração com diversos organismos e entidades, nomeadamente:

- Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Leiria;
- Município de Castanheira de Pera;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP;
- Centro de Saúde de Castanheira de Pera;
- União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral;
- C.L.A.S. - Conselho Local Ação Social (Rede Social);
- C.P.C.J – Comissão Proteção Crianças e Jovens do Concelho de Cast^a de Pera;
- R.S.I. – Rendimento Social de Inserção;
- C.M.S. – Conselho Municipal de Segurança;
- Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera;
- Intervenção Precoce;
- Escola Tecnológica e Profissional de Sicó;
- Gesaúde;
- CERCICAPER;
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos.



11. PERSPECTIVAS

Perante a Visão definida para a nossa Instituição, “ Ser uma Instituição reconhecida pela qualidade dos serviços prestados, através de uma atualização constante e permanente dos processos e metodologias. Pretendemos, assim, ser um modelo de excelência, sustentado na inovação, contribuindo para o desenvolvimento económico-social da comunidade”, perspetivamos, no futuro, continuar a realizar um trabalho de qualidade, assente na determinação e perseverança, sempre com o objetivo da valorização do idoso e dos mais necessitados.

Continuaremos a procurar melhorar as condições físicas dos nossos equipamentos, bem como a qualidade das condições de trabalho dos nossos profissionais, que se refletirão na melhoria dos serviços prestados aos nossos clientes.

Continuaremos a lutar para a abertura de um Centro de Noite, Resposta Social que permitiria manter os idosos no seu domicílio durante o dia e à noite, período de maior receio, terem um espaço de abrigo, acompanhamento e fornecimento de serviços.

12. AGRADECIMENTOS

O presente relatório de atividades do exercício dá cumprimento às disposições legais e estatutárias, e relata os principais acontecimentos ocorridos no exercício de 2016, o qual teve o seu início no dia 1 de janeiro e o seu término em 31 de dezembro.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, reconhece e agradece a todos os que colaboraram, direta ou indiretamente, na construção e desenvolvimento das diversas atividades, pois só com o empenho de todos é possível concretizar o planeado e engrandecer, cada vez mais, a nossa Instituição.

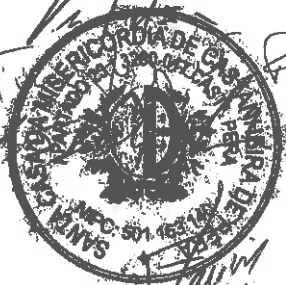
Aos funcionários/colaboradores, o nosso agradecimento pelo trabalho realizado, pela dedicação, pelo esforço, empenho e a disponibilidade, sendo de realçar que é deles que depende em grande parte, o sucesso da Instituição.

Aos utentes e suas famílias o nosso obrigado pelos contributos e apoio e por fazerem parte da "grande família Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera".

Obrigado a todos e o nosso bem-haja!

Castanheira de Pera, 07 de Março de 2017

A Mesa Administrativa,



The image shows a circular official stamp of the Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera. The stamp contains the text: "SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA", "Mesa Administrativa", and "N.º 1451/2013". The stamp is surrounded by several handwritten signatures in black ink.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501163140
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.152.295,30	2.078.076,08
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	40.901,96	37.877,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	3.2.1, 4	0,00	0,00
Propriedades de investimento	3.2.1, 4	0,00	120.807,86
		2.193.197,26	2.236.761,28
Ativo corrente			
Inventários	7	11.869,76	12.519,06
Créditos a receber	12.2	25.345,55	30.125,38
Estado e outros entes públicos	12.8	4.810,66	14.282,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	6.020,18	4.798,88
Outros ativos correntes	12.3	15.262,58	13.201,57
Caixa e depósitos bancários	12.5	85.215,62	152.153,15
		148.524,35	227.080,85
Total do ativo		2.341.721,61	2.463.842,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	650.077,38	650.077,38
Excedentes técnicos	12.6	0,00	0,00
Reservas	12.6	0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	499.962,43	565.915,86
Excedentes de revalorização	12.6	728.189,50	747.609,50
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	204.679,26	214.562,20
		2.082.908,57	2.178.164,94
Resultado líquido do período		-98.754,23	-85.373,43
Total dos fundos patrimoniais		1.984.154,34	2.092.791,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	147.054,12	166.899,09
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		147.054,12	166.899,09
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	46.924,48	56.960,13
Estado e outros entes públicos	12.8	25.426,92	23.949,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	19.967,27	19.925,56
Diferimentos	12.4	10.136,52	1.000,46
Outros passivos correntes	12.9	108.057,96	102.315,57
		210.513,15	204.151,53
Total do passivo		357.567,27	371.050,62
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.341.721,61	2.463.842,13

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501163140

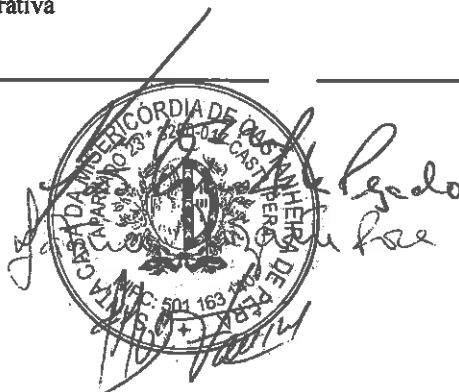
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	552.248,10	532.627,29
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	409.332,06	400.725,76
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	44.891,88	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	191.100,71	178.158,17
Fornecimentos e serviços externos	12.11	164.000,54	178.034,31
Gastos com o pessoal	10	703.782,95	607.863,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	2.274,28	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.12	42.605,87	43.781,91
Outros gastos	12.13	1.682,89	8.492,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-13.763,46	4.587,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	83.464,46	87.872,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-97.227,92	-83.285,38
Juros e rendimentos similares obtidos	6, 12.14	139,88	338,44
Juros e gastos similares suportados	12.14	1.666,19	2.426,49
Resultados antes de impostos		-98.754,23	-85.373,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-98.754,23	-85.373,43

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

legado
u face



[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Anexo

31 de dezembro de 2016

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
3.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	9
5	Ativos Intangíveis	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos	11
7	Inventários	12
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
10	Benefícios dos empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
12	Outras Informações.....	14
12.1	Investimentos Financeiros	14
12.2	Créditos a Receber	15
12.3	Outras Ativos Correntes.....	15
12.4	Diferimentos	15
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.6	Fundos Patrimoniais.....	16
12.7	Fornecedores	16
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
12.9	Outras Passivos Correntes	17
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.11	Fornecimentos e Serviços Externos	17
12.12	Outros Rendimentos	18
12.13	Outros Gastos.....	18
12.14	Resultados Financeiros.....	19
12.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	19

O presente Anexo, relativo ao período de 2016, procede à compilação das divulgações que a Instituição considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF-ESNL.

1 Identificação da Entidade

Designação da Entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Sede Social: Praça Visconde de Nova Granada, Castanheira de Pera.

NIPC: 501 163 140

Atividade Principal: Apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

Endereço Eletrónico: geral@scmcp.pt

Natureza/Constituição: Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República nº 260 de 11-11-1989, Série III. Efetuado registo de alteração de Estatutos, lavrado pelo averbamento nº 2 à inscrição nº 10/89, a fls. 79 e 126 verso do livro nº 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado a 01/02/2016.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e clarificado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho). O Anexo I refere que o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo assimila a transposição da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Os instrumentos que o compõe são os seguintes:

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho que revogou a portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015 de 23 de julho, que revogou a portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que substituiu o nº 6726-B/2011, de 14 de março;

- Normas Interpretativas (NI).

O Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) é um modelo assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se pretende em sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas essas adotadas pela União Europeia.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 do já revogado aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Handwritten signature and initials:
 gis t
 FAVIN
 9/02

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Pressuposto da Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e Credores por Acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente, em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção

inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Para alguns bens, nomeadamente o edifício sede - lar S. José, é utilizado o método do justo valor, através de relatórios de peritos avaliadores independentes, elaborados durante o ano 2012, para o efeito.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

Propriedades de Investimento

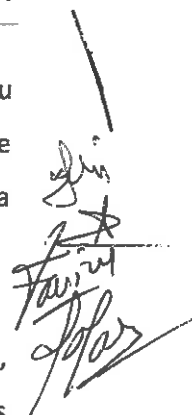
As designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas, a partir de 1 de janeiro de 2016, como ativos fixos tangíveis (parágrafo 7.5 do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho).

Handwritten signatures and initials:
 - Top: A vertical line with a checkmark-like symbol.
 - Middle: "Sj" (likely initials).
 - Below: A signature that appears to be "F. Costa".
 - Bottom: Another signature, possibly "F. Costa".

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

O critério utilizado é o custo de aquisição ou o valor doado (justo valor).

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que, previsionalmente, venham a gerar benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.



3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Procedeu-se, durante o ano 2016, à regularização de inventários doados, estes foram valorizados ao preço de mercado (justo valor).

3.2.5 Subsídios

Subsídios monetários: quantia nominal;

Subsídios não monetários: justo valor do ativo não monetário (ou pela quantia nominal, quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade).

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de “Outras Variações Patrimoniais”. São transferidos para resultados numa base sistemática e à medida que decorrer o respetivo período de depreciação.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, retratando, desta forma, o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e Gastos Similares Suportados".

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) ...
- b) As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) ...

3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Os edifícios e terrenos, objeto de avaliação de peritos avaliadores independentes, passaram a ser valorizados, desde a adoção do SNC, ao justo valor.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26					8.941,26
Edif. e outras construções	2.023.425,24	68.328,53		9.672,00		2.101.425,77
Equipamento básico	579.875,35	2.806,82				582.682,17
Equipamento de transporte	146.490,21					146.490,21
Equipamento administrativo	105.588,14	2.988,20				108.576,34
Out. Ativos fixos tangíveis	20.350,43	3.208,40				23.558,83
Total	2.884.670,63	77.331,95	0,00	9.672,00	0,00	2.971.674,58
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	174.212,43	35.581,89		2.901,60		212.695,92
Equipamento básico	431.695,29	34.183,77				465.879,06
Equipamento de transporte	98.956,55	12.708,41				111.664,96
Equipamento administrativo	99.072,47	2.664,01				101.736,48
Out. Ativos fixos tangíveis	814,02	808,06				1.622,08
Total	804.750,76	85.946,14	0,00	2.901,60	0,00	893.598,50
2016						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26					8.941,26
Ed. e outras construções	2.101.425,77	8.030,16		154.378,97		2.263.834,90
Equipamento básico	582.682,17	18.418,30				601.100,47
Equipamento de transporte	146.490,21					146.490,21
Equipamento administrativo	108.576,34	3.159,51				111.735,85
Outros Ativos fixos tangíveis	23.558,83	7.267,85				30.826,68
Total	2.971.674,58	36.875,82	0,00	154.378,97	0,00	3.162.929,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Ed. e outras construções	212.695,92	41.428,85		33.571,11		287.695,88
Equipamento básico	465.879,06	25.191,83				491.070,89
Equipamento de transporte	111.664,96	12.708,41				124.373,37
Equipamento administrativo	101.736,48	2.366,11				104.102,59
Outros Ativos fixos tangíveis	1.622,08	1.769,26				3.391,34
Total	893.598,50	83.464,46	0,00	33.571,11	0,00	1.010.634,07

Após a conclusão, em 2015, das obras de requalificação do Centro de Fisioterapia e Reabilitação e para que este entrasse em funcionamento em maio de 2016, a Misericórdia adquiriu, com o apoio da União das Freguesias e do Município, todo o equipamento necessário à sua abertura.

Com o intuito de melhorar e diversificar a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes e à população local, a Instituição investiu também num equipamento de fitness ao ar livre.

Ainda durante o exercício 2016, realizaram-se aquisições e algumas obras de conservação necessárias ao normal funcionamento das respostas sociais de ERPI (estrutura residencial para pessoas idosas).

Refletidas nas transferências e de acordo com o § 7.5 da atual NCRF-ESNL, as propriedades de investimento são reconhecidas, a partir de 1 de janeiro de 2016, como Ativo Fixo Tangíveis.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	17.400,00	146.833,49	164.233,49	17.500,00	164.111,19	181.611,19
Locações Financeiras	2.567,27	220,63	2.787,90	2.425,56	2.787,90	5.213,46
Total	19.967,27	147.054,12	167.021,39	19.925,56	166.899,09	186.824,65

O referido empréstimo bancário foi concedido em 2006, pelo prazo de 20 anos. O propósito da sua constituição foi o financiamento da obra "Lar de Idosos S. Domingos".

Durante o ano 2013 efetuou-se um contrato de locação financeira cujo objeto de financiamento foi um veículo de 5 lugares.

Um dos elementos essenciais na contratação de um empréstimo são as garantias oferecidas à entidade financeira. Em ambos os casos, as garantias prestadas aquando da realização dos referidos empréstimos e em consonância com informação do Banco de Portugal, são garantias reais, ou seja o pagamento das dívidas é garantido através de bens imóveis (embora conserve a posse do bem, a Instituição só readquire a propriedade plena do bem após a quitação integral da dívida).

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015			2016			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mat. Primas Subs. Cons.	10.497,41	176.826,89	3.352,93	12.519,06	187.119,19	3.332,22	11.869,76
Total	10.497,41	176.826,89	3.352,93	12.519,06	187.119,19	3.332,22	11.869,76
CMVMC				178.158,17			191.100,71

Verificou-se um aumento do custo dos géneros alimentares durante o ano 2016. Em ambos os anos procedeu-se ao pedido de restituição de 50% do IVA suportado com a aquisição de bens alimentares e bebidas.

8 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores	549.941,60	525.419,29
Quotas e Jóias	2.306,50	1.317,00
O. Serviços	0,00	5.891,00
Juros e Rendimentos Similares	139,88	338,44
Total	552.387,98	532.965,73

Verifica-se uma ligeira variação positiva nos valores de "Quotas de Utilizadores", este facto deve-se essencialmente a:

- Atualizações de mensalidades no início do ano;
- Aumento da frequência média de utentes na resposta social de SAD;
- Uma rotatividade de clientes nas diversas respostas sociais.

Consequência de ano de eleições dos Órgãos Sociais da Instituição, os valores apresentados em "Quotas e Jóias" também oscilam positivamente;

O montante de "O. Serviços" refere-se a prestação de serviços no âmbito de atividades inseridas na medida de formação 2.3, cujo rédito ocorreu em 2015.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
Comparticipações Financeiras – ISS, IP	389.843,72	379.555,14
Sub. Eventuais – Sub. Funeral -ISS	1.257,66	0,00
Outras Entidades - EOEP	14.957,63	12.214,14
IEFP	14.657,63	12.214,14
Total	406.059,01	391.769,28

As variações em “Subsídios do Governo – O. Entidades – EOEP” são influenciadas pelas atualizações das participações da Segurança Social, para as respostas sociais com protocolo, e pelo ligeiro aumento na frequência média de clientes na resposta social de SAD.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2015 e 2016, mantiveram-se em 18.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 63 e em 31/12/2016 foi de 65.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	569.660,85	497.634,96
Encargos sobre as Remunerações	109.693,64	103.177,97
Seguros de Acidentes Trab. e Doenças Profis.	5.367,67	3.586,24
Outros Gastos com o Pessoal	7.218,54	1.546,00
O. Pessoal	11.842,25	1.918,04
Total	703.782,95	607.863,21

A variação ocorrida nos valores de “Remunerações ao Pessoal” deve-se:

- A uma alteração na forma de contabilizar o subsídio de alimentação em espécie, em 2015 a contrapartida da conta 63... - “subsídio de alimentação em espécie”, tinha como contrapartida a conta 63 (anulava-se o gasto), em 2016, por ser mais acertado, a contrapartida da conta passou a ser uma conta de rendimentos 745 – trab. p/ pp empresa – cedência de refeições. A nível de resultados não tem qualquer influência mas é um dado a ter em conta quando comparamos valores anuais;

- Aos valores apurados na previsão de férias e subsídio de férias relativos a 2016 a pagar em 2017, o cálculo efetuado teve em conta as atualizações salariais ocorridas já em 2017 (aumento do SMN, progressões nas carreiras dos funcionários e promoções).

Os “Outros Gastos com o Pessoal” também aumentam devido à renovação de fardamento dos funcionários.

A rubrica “Outro Pessoal” inclui os contratos de emprego inserção e estágios profissionais, em 2016 beneficiámos de dois contratos de emprego inserção e de um estágio profissional.

Durante o exercício a Instituição beneficiou de algumas medidas de incentivo ao emprego, tais como, contratos de emprego Inserção, estágios profissionais, redução da TSU através de medidas de apoio à contratação e, no caso de funcionários com salário mínimo nacional, redução da TSU em 0,75 pontos percentuais.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, em 2016 e 2015, foram 2.952,00 €.

Os Corpos Gerentes da Instituição são: Assembleia Geral, Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal, constituídos por irmãos no pleno uso dos seus direitos. O atual mandato, de acordo com o novo Compromisso, terá a duração de quatro anos. O anterior, com término em 2016, teve a duração de três anos.

Os referidos membros não são remunerados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Outros investimentos financeiros	40.901,96	37.877,74
Total	40.901,96	37.877,74

Os valores apresentados correspondem à soma dos saldos das contas de "Investimentos Financeiros" e de "Ativos Não Correntes Detidos para Venda". O aumento verificado deve-se a valorizações dos investimentos financeiros (títulos) e ao contributo mensal para o FCT (fundo compensação do trabalho).

12.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	25.345,55	30.125,38
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	8.183,73	5.909,45
Total	33.529,28	36.034,83

Nos períodos de 2016 e 2015 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2016	2015
Cientes		
Utentes	-8.183,73	-5.909,45
Total	-8.183,73	-5.909,45

Relativamente a utentes de cobrança duvidosa foram registadas, em 2016, imparidades no montante de 2.274,28 €.

12.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outras Ativos Correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o seguinte saldo:

Descrição	2016	2015
Outros Devedores e O. Financiadores	15.262,58	13.201,57
Total	15.262,58	13.201,57

Esta rubrica diz respeito a valores a receber de: "Outras Entidades" (despesas extra mensalidade de utentes e utilizações da casa mortuária) e de "Outros Financiadores – ISS e IEFP, subtraindo-se a este o montante de participações do ISS deduzidas em 2017 com referência a 2016.

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros Diversos	5.666,63	4.603,14
O. Gastos de Funcionamento	353,55	195,74
Total	6.020,18	4.798,88
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	10.136,52	1.000,46
Total	10.136,52	1.000,46

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	213,92	329,90
Depósitos à ordem	85.001,70	80.276,98
Depósitos a prazo	0,00	71.546,27
Total	85.215,62	152.153,15

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	650.077,38	0,00	0,00	650.077,38
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	565.915,86	19.420,00	-85.373,43	499.962,43
Excedentes de Revalorização	747.609,50	0,00	-19.420,00	728.189,50
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	214.562,20	13.000,00	-22.882,94	204.679,26
Total	2.178.164,94	32.420,00	-127.676,37	2.082.908,57

As diminuições registadas dizem respeito à transferência do resultado líquido negativo de 2015 para "Resultados Transitados" e ao tratamento dado aos subsídios de investimento, doações e excedentes de revalorização (nota 3.2.5).

A variação positiva ocorrida nos "Resultados Transitados" é consequência do tratamento a dar aos excedentes de revalorização (transferência para resultados transitados à medida que o ativo for sendo usado pela entidade). O aumento nas "O. Variações nos Fundos Patrimoniais" diz respeito ao equipamento subsidiado pela União das Freguesias e do Município.

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	46.924,48	56.960,13
Total	46.924,48	56.960,13

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto s/ o Valor Acrescentado (IVA) Restituição	4.810,66	14.282,81
Total	4.810,66	14.282,81
Passivo		
Imposto s/ o Rendim. das Pessoas Singulares (IRS)	2.466,00	2.558,00
Segurança Social	22.909,85	21.344,45
Fundo Compensação Trabalho	51,07	47,36
Total	25.426,92	23.949,81

A rubrica de ativo corrente – “E.O.E.P. – IVA – Restituição” inclui:

- 50% do IVA suportado nas aquisições de bens de alimentação e bebidas (em ambos os anos);
- 50% do IVA suportado com a realização de obras e com a conservação e reparação de alguns equipamentos, este valor diminui consequência de um menor investimento em obras durante o ano 2016;
- IVA suportado, em ambos os anos, com a aquisição de AFT (ativos fixos tangíveis), até ao limite de 1.147,24 € (50% do limite legal).

12.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outras Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
	Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	4.413,59	842,97
Credores por acréscimo de gastos	97.623,65	94.515,46
Outros credores	6.020,72	6.957,14
Total	108.057,96	102.315,57

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	406.059,01	391.769,28
Doações e heranças	3.273,05	8.956,48
Total	409.332,06	400.725,76

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos,” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços Especializados	59.058,68	82.675,94
Material	9.342,51	8.273,04
Energia e fluidos	76.975,05	71.938,78
Deslocações, estadas e transportes	966,72	918,39
Serviços diversos	14.100,85	12.136,82
Encargos com os utentes	3.556,73	2.091,34
Total	164.000,54	178.034,31

Os "Serviços Especializados" sofrem uma variação negativa, a contratação de serviços de conservação e reparação, quer nos Equipamentos já existentes quer no Centro de Fisioterapia e Reabilitação, diminuíram significativamente.

12.12 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	1.073,52	1.615,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	18,02
Ganhos em inventários	8,86	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	2.541,24	174,04
Rendimentos em investimentos não financeiros	12.827,00	10.887,47
Outros Rendimentos	26.155,25	31.087,38
Total	42.605,87	43.781,91

12.13 Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	269,78	458,23
Incobráveis	163,47	1.476,97
Gastos nos restantes investimentos financeiros	63,76	128,27
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	1.561,60
Outros Gastos	1.185,88	4.867,15
Total	1.682,89	8.492,22

A variação nos "Outros Gastos" deve-se à diminuição de "Correções Relativas a Períodos Anteriores".

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.068,40	1.715,96
Outros gastos e perdas de financiamento	597,79	710,53
Total	1.666,19	2.426,49
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	139,88	338,44
Total	139,88	338,44
Resultados Financeiros	-1.526,31	-2.088,05

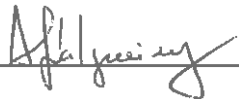
12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

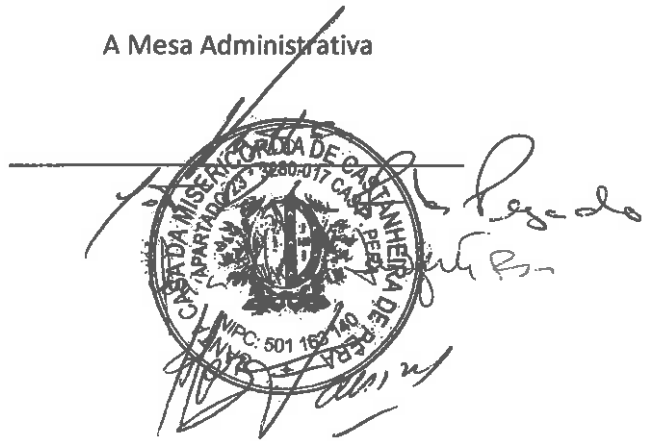
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Castanheira de Pera, 1 de março de 2017

O Contabilista Certificado (nº 83671)



A Mesa Administrativa



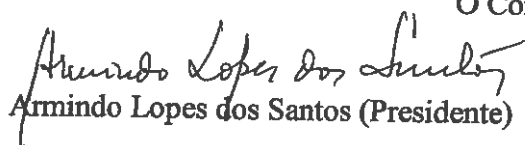


Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

PARECER DO CONSELHO FISCAL

---Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezassete, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, para apreciar e dar o seu parecer sobre as contas do exercício de dois mil e dezasseis, elaboradas segundo o SNC-ESNL.-
---Porque este Conselho foi acompanhando, ao longo do ano, a vida da Instituição através de contatos pessoais com alguns elementos da Direção e Pessoal Técnico e depois de examinados todos os balancetes mensais de contabilidade e porque o processo final se apresenta dentro do que é exigido por Lei.-----
---Propomos à digníssima Assembleia que aprove o Balanço e as contas referentes ao exercício de dois mil e dezasseis, bem como a transferência dos resultados para a conta Resultados Transitados.-----
---Finalmente o Conselho Fiscal deseja manifestar o seu agradecimento à Direção e a todos os colaboradores desta Instituição pelo apoio que de todos recebeu durante o exercício de 2016.-----

O Conselho Fiscal


Armindo Lopes dos Santos (Presidente)


Carla Inês Tavares Correia (Vogal)


Fernando Manuel Bebiano Henriques (Vogal)

Plá Númeru Noventa

— For oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezassete, pelas dez e oito horas, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Curitiba de Terça, na sede desta instituição, com a presença de todos os seus membros: Presidente Amindo Lopes dos Santos e os vogais Cunha José Tavares Correia (DVS) e Fernando Hamel Bediano Henriquez, para dar cumprimento ao estipulado nos seus Estatutos e com o objetivo de analisar as contas relativas ao quarto trimestre do ano de dois mil e dezasseis, apreciar e dar o parecer sobre as contas do mesmo período.

— Iniciaram-se de imediato os trabalhos, verificando-se os documentos que nos foram colocados à disposição pelos serviços de contabilidade da Santa Casa, relativos ao período acima indicado.

— Procedeu-se a análise das contas e solicitados esclarecimentos e informações convenientes para o exercício das nossas funções e decisões a tomar nesta reunião.

— Registamos com agrado que os dados pedidos de esclarecimentos e informações foram prontamente satisfeitos pelos serviços de contabilidade da Santa Casa e permitiram concluir estar tudo em ordem, pelo que este Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável e propõe à digníssima assembleia a realizar no próximo dia Trinta de Junho do ano de dois mil e dezassete sejam aprovadas as contas referentes ao período findo em Junho e um de Dezembro do ano de dois mil e dezasseis.

— E não havendo mais nada a tratar ou a decidir, pelas dez e oito horas, foi dada por encerrada esta sessão na qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada foi assinada por todos os membros do Conselho Fiscal.

Amindo Lopes dos Santos

[Handwritten signature]

partion a f r o e s p e r e s
Teernaldmanuel Sebastian Henr: ows



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.341.722 euros e um total de fundos patrimoniais 1.984.154 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 98.754 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração de resultados por natureza e resposta social e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização;
- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentais aplicáveis;



- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- ✓ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada

Rua Nova Casal dos Vagares nº 25 -r/ch Esqº -Casal dos Vagares -3030-141 Coimbra

-Tel. 239 946 309 – Tm.919 404 940 - Email: sssb225-1249@sapo.pt

Capital Social 5.000,00 euros - Número de Contribuinte e de Registo na Conservatória do Registo Comercial da Maia 508731437 -

Inscrição na OROC número 225



com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as lei e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 24 de março de 2017

SANDRA SIMÕES & SARA BARROS, SROC, LDA (SROC n.º 225)
Representada pela **Dra. Sandra Maria de Almeida Simões (ROC n.º 1249)**